

BERNSTEIN E O “MÉTODO ALEMÃO”. ESTRATÉGIA GRADUALISTA NA CONTROVÉRSIA SOBRE REFORMA E REVOLUÇÃO DA II INTERNACIONAL

Valerio Arcary*

Resumo

Durante a última década do século XIX, as seções da II Internacional avançavam eleitoralmente – em especial na Alemanha – com a utilização da legalidade e com a ampliação do direito de voto. O SPD – partido da socialdemocracia da Alemanha – possuía influência sobre dezenas de jornais diários e se apoiava em uma ampla rede de associações mútuas, culturais, educativas e recreativas. Foi nesse marco – um período de prosperidade prolongada do capitalismo em expansão – que se precipitou o debate sobre a época histórica, o balanço da estratégia dos partidos com programas inspirados no marxismo e as possibilidades de conquista de reformas sob regimes democrático-liberais. Entrou para a história como a polêmica Bernstein, e foi o grande questionamento sobre a revolução no campo da tradição marxista do início do século XX.

Palavras-chave

Revisionismo; II Internacional; luta de classes; socialdemocracia; marxismo.

Abstract

During the late XIX century's decade, the sections of the Second International were experiencing an electoral growth – mainly in Germany – using legality and profiting from the democratization of the right to vote. The SPD – German Social-democratic Party – had influence over dozens of daily newspapers, and was supported by a network of solidary, cultural, educational and recreative associations. It was in this context – a period of long capitalist expansion and prosperity – that the debate on the issue of historical epoch, the evaluation of the Marxist party's strategy, and the possibilities of gaining reformist concessions under liberal democratic regimes began. This debate is historically known as the Bernstein polemic, and it was the greatest discussion over revolution inside the marxist tradition in the beginnings of the XX century.

Key-words

Revisionism; Second International; class struggles; social democracy; marxism.

A queda da Comuna de Paris tinha selado a primeira fase do movimento operário europeu e o fim da Primeira Internacional. A partir de então começou uma nova fase. As revoluções espontâneas (...) os combates nas barricadas, depois dos quais o proletariado recaía de cada vez no seu estado passivo, foram então substituídos pela luta cotidiana sistemática, pela utilização do parlamentarismo burguês, organização das massas, união entre a luta econômica e a luta política, união do ideal socialista à defesa persistente dos interesses quotidianos imediatos. (...) O partido social-democrata alemão tornou-se representante, o campeão e o guardião deste novo método.¹

Há cem anos atrás, a revolução russa de 1905, a primeira revolução política do século XX, repercutiu intensamente na Alemanha, onde a “controvérsia Bernstein” não tinha se encerrado. Embora derrotado nos congressos do SPD, Eduard Bernstein não poderia ser mais claro sobre o que considerava a duplicidade hipócrita da direção da Internacional e da sua seção alemã – quando reivindicava a prática política do partido de defesa do programa mínimo, em oposição aos postulados teóricos do programa máximo, reafirmados no congresso de Stuttgart de 1898. Quando o Estado alemão iniciou sua corrida imperialista, a maioria da socialdemocracia herdeira de Marx aderiu a uma interpretação evolucionista da história, uma estratégia gradualista de transformação da sociedade e um programa reformista do capitalismo. O resultado desse processo foi o apoio das seções da II Internacional a seus respectivos Estados no trágico agosto de 1914.

Bernstein era muito consciente da duplicidade de atitudes do partido porque, se, nos congressos do SPD suas teses teóricas eram condenadas, na vida prática de intervenção, em todas as esferas – fosse a sindical, eleitoral ou parlamentar –, eram cada vez mais hegemônicas as conclusões políticas que resultavam como consequência do debate doutrinário que ele tinha provocado. Era também consciente das forças nas quais se apoiava e da verdadeira dimensão de sua influência. A assim chamada ala revisionista do SPD tinha quatro grandes componentes: a) a tendência politicista de Vollmar, influente dirigente na Baviera, precursor da votação dos orçamentos provinciais e das coligações eleitorais com os partidos burgueses, defensor dos governos de coalizão à la Millerand e Jaurès; b) a tendência aparelhista de Auer, o secretário de organização do partido, na sua maioria quadros profissionalizados, ex-operários, preocupados com a política prática – atraída pelo empirismo – e defensora acima de tudo da unidade do aparelho, conservadora do “método” do partido alemão, ou seja, da utilização da legalidade a qualquer preço; c) a tendência nacionalista, abertamente pró-imperialista, dirigida por Heine, defensora da militarização e das aventuras coloniais,

entusiasmada com a potência exterior do Reich, e da conquista de um novo lugar para a “civilização alemã” no disputado mercado mundial; d) a última componente era a tendência sindical, os dirigentes profissionais do aparelho sindical, que contribui com sua influência para engrossar com os grandes batalhões da vanguarda organizada as forças do reformismo, movida por uma oposição aos princípios marxistas e pelo cepticismo, senão desconfiança à revolução, e será ela que cumprirá o papel decisivo como pressão sobre a velha direção de Bebel e Kautsky, e, finalmente, levará o partido à capitulação. Nas palavras de Bernstein:

*En la misma Stuttgart, en que según Klara Zetkin se había dado el golpe de gracia a la “bersteiniada”, inmediatamente después del congreso los social-demócratas establecieron un acuerdo electoral con la democracia burguesa para las elecciones del Consejo comunal, y el ejemplo fue seguido en otras ciudades de Wurtemberg. En el movimiento sindical, un sindicato tras otro van introduciendo la asistencia a los desocupados (...) y se declaran a favor de la institución de oficinas de colocación paritarias, compuestas por empresarios y trabajadores, al mismo tiempo que en algunos grandes centros del partido, como Hamburgo y Elberfeld, socialistas y sindicalistas se disponen a fundar cooperativas de consumo. **Por doquier se lucha por las reformas, por el progreso social, por la conquista de la democracia; en todas partes se estudian las particularidades de los problemas cotidianos.***²

Entre as idéias teóricas predominantes durante a polêmica do final do XIX e início do século XX destacava-se, na Internacional, a fórmula da dialética de derrotas e vitórias cunhadas por Kautsky. O tema condensa uma questão vital da discussão marxista sobre a transição ao socialismo, porque nela se manifestam as apreciações diferentes sobre a época histórica e a situação política concreta, ou seja, avaliações tanto sobre as perspectivas de crise do sistema como sobre a correlação de forças. A seguir, um extrato de um ensaio de Kautsky sobre o materialismo histórico:

*Ciertamente nuestro partido no registra únicamente victorias sino también derrotas. Esas serán tanto menos desanimadoras cuando más habituados estemos a elevar nuestra mirada por encima de los límites locales y temporales, para considerar nuestro movimiento en su conjunto tal y como es desde hace dos generaciones y en todas las naciones. **El irresistible y rápido progreso del proletariado en su conjunto, pese a algunas derrotas muy duras, se hace tan evidente que nada puede poner en duda la seguridad de su victoria.***³

No SPD, era corrente a concepção de que o capitalismo, inexoravelmente, caminharia de crise em crise, para uma catástrofe final. As crises do capital e o fortalecimento do proletariado fundamentavam as certezas sobre a inevitabilidade do socia-

lismo. Esse fatalismo objetivista, supostamente inspirado em Marx, ficou conhecido como a teoria do colapso. Nesses termos, referia-se Bernstein ao prognóstico de que uma crise estava por vir:

De acuerdo con esta concepción, tarde o temprano una crisis comercial de enorme fuerza y extensión, por la miseria que genera, encenderá tan apasionadamente los ánimos contra el sistema económico capitalista, convencerá tan eficazmente a las masas de la imposibilidad de organizar, bajo el dominio de este sistema, las fuerzas productivas para el bien común, que el movimiento orientado contra él tomará una fuerza irresistible y ante sus embates éste se derrumbará irremediamente (...) De este modo se propagó entonces en la social-democracia la convicción de que esta vía de desarrollo era una ley natural inevitable: la gran crisis económica universal como vía ineludible hacia la sociedad socialista.⁴

Ao mesmo tempo em que desenvolvia a sua cruzada contra o prognóstico de uma crise final, defendendo que se trataria de uma hipótese marxista superada pela história, Bernstein dialogava com o SPD argumentando que a revolução só seria necessária como um ato em legítima defesa da... democracia. Não se pode negar que o fazia com uma coerência notável:

*No se trata de renegar del llamado **derecho a la revolución**, derecho meramente especulativo que **ninguna constitución puede tomar en cuenta y que ningún código del mundo puede prohibir**, y que seguirá existiendo hasta que la ley natural, obligándonos a renunciar al derecho de respirar, nos obligue a morir. **La decisión de situarse en el terreno de las reformas afecta tan poco este derecho no escrito e imprescriptible, como la creación de leyes que regulen las controversias personales y la propiedad afecta el derecho de legítima defensa. Pero ¿es actualmente la socialdemocracia algo distinto de un partido que tiende a la transformación socialista de la sociedad a través de las reformas democráticas y económicas?**⁵*

Bernstein foi o primeiro a se levantar contra uma avaliação que se reproduzia congresso após congresso, em uma referência ritual, mais como doutrina do que como análise que orientava a ação. O pioneirismo de Bernstein se manifesta tanto nas conclusões políticas quanto nas premissas teóricas. Era consciente de suas responsabilidades como apóstata: estava decidido a estabelecer as premissas de uma nova teoria para o socialismo contemporâneo. A ruptura com a estratégia da revolução social o levou a buscar um novo fundamento para a luta por liberdade e igualdade, que irá encontrar em uma fusão eclética entre marxismo e a ética de Kant. Esse caminho foi percorrido uma e outra vez pelas diversas escolas do reformismo do século XX, sempre que a situação adversa na luta de classes e ou a pressão ideológica do liberalismo alimentou o cepticismo em relação à crise do sistema. Na perspectiva da histó-

ria, entretanto, ele se agiganta em relação aos seus herdeiros. Não só pela sua legendaria probidade pessoal, mas, também, porque não hesitou em romper com o SPD durante a guerra e, junto a Kautsky e outros, fundou o USPD, cuja maioria, posteriormente, viria a aderir à Terceira Internacional, enquanto ele voltava ao SPD. Eis como Angel, um dos seus biógrafos o apresenta:

Pour le rebelle, le socialisme ne découle plus de l'analyse du capitalisme et de ses contradictions, de la découverte en son sein de forces qui en permettent le renversement et le remplacement. Il faut donc lui rendre une base éthique, revenir aux principes éternels que Marx avait désacralisés en les ramenant à des catégories historiques. Kant affirme l'existence du droit absolu comme critère des actions humaines alors que Marx le récuse en faisant "des rapports sociaux le fondement de la morale dominante". Le socialisme, d'après l'ui, prend appui sur un jugement d'ordre moral. Ainsi on doit et on peut réveiller en chaque individu, quelle que soit son origine sociale, le sentiment éthique. "En effet, la morale est, dans une grande mesure, une puissance capable d'action créatrice". Il justifie son socialisme en ces termes : "Mais précisément cette aspiration à l'égalité et à la justice est, dans la mesure où les forces idéologiques entrent en ligne de compte au sein du mouvement, l'élément permanent qui survit à toutes les modifications doctrinales et dans lequel il ne cesse de puiser des forces nouvelles". La bourgeoisie plus compréhensive et généreuse que jadis se montre moins hostile au socialisme. (...) Quant à la revendication kantienne d'égalité basée sur l'impératif catégorique, les marxistes l'estiment dirigée contre le féodalisme dont elle abolit les normes. Ils y voient moins un souci éthique que le but d'assurer la pérennité des rapports sociaux basés sur la production et l'échange des marchandises. La seule égalité concevable pour eux se limite à l'abolition des classes. (...) Que l'individu s'amende et la société s'améliorera. Cette idée, si courante chez les contemporains allemands de la Révolution française, sera considérée par les révisionnistes comme la condition préalable à toute transformation sociale. Si pour Marx la philosophie kantienne est la "théorie allemande de la Révolution française dans les conditions arriérées de l'Allemagne" (...) pour Bernstein l'inclination éprouvée envers les enseignements du sage de Königsberg s'explique par le profond libéralisme qui les inspire.⁶

Bernstein partia da idéia de acumulação de forças gradual e ininterrupta do movimento operário, acumulação de organização, sindical e política, e também eleitoral, para fundamentar uma estratégia gradualista de passagem ao socialismo respeitando os limites dos regimes democrático-eleitorais:

De este modo, es altamente probable que a partir del progreso del desarrollo económico no debamos asistir ya, en general, al surgimiento de crisis comerciales de naturaleza semejante a las anteriores, y que debamos arrojar por la borda todas las especulaciones según las cuales ellas serían el detonante de la gran revolución social (...) Por lo tanto, la socialdemocracia no puede ansiar ni confiar en el cercano derrumbe del sistema económico existente si lo piensa como el producto de una espantosa gran crisis comercial. Lo que ella debe hacer,

y ésta es una tarea a largo plazo, es organizar políticamente a la clase obrera y formarla para la democracia y la lucha en el estado por todas las reformas conducentes a elevar a la clase obrera y a transformar al estado en el sentido de la democracia.⁷

Ou, ainda mais claro, ressaltando que a deflação dos meios de subsistência era, possivelmente, o mais importante fator na neutralização do impacto político das crises econômicas, tornando improvável uma grande hecatombe que ameaçasse os alicerces políticos da dominação burguesa:

El breve esbozo de las interpretaciones marx-engelsianas de las crisis económicas, que ofrecemos al comienzo de este capítulo, junto con los hechos irrefutables que lo acompañan, bastarán sin duda para comprender que el problema de las crisis no es del tipo de los que se puedan liquidar categóricamente con un par de réplicas acreditadas. Lo único que podemos hacer nosotros es establecer cuáles elementos de la economía moderna favorecen las crisis y cuáles acaso las contrarrestan. Pero un juicio apriori acerca de la relación recíproca final de ambas fuerzas o sobre los desarrollos de tal relación, es imposible. Excepto que se produzcan sucesos externos e imprevistos que provoquen una crisis general – y, como ya vimos, esto es siempre posible –, no hay razón suficiente para deducir, en base a motivos puramente económicos, que tal crisis sea inminente. Los fenómenos de depresión de carácter local y parcial, son inevitables; en cambio, no lo es una paralización general, dada la organización y extensión actual del mercado internacional y dada especialmente la expansión de la producción de medios de subsistencia. Este último fenómeno tiene importancia particular para nuestro problema. Quizás nada haya contribuido tanto a atenuar las crisis económicas o a impedir su agravamiento como el derrumbe (...) de los precios de los medios de subsistencia.⁸

Época progressiva do capital, ausência de crises sérias, nova estratégia evolucionista do longo prazo, prioridade da tática por reformas. O tempo como medida da estratégia, o tempo longo e uniforme das reformas, mas sempre uma percepção do tempo que definia a possibilidade de mudanças quantitativas ou qualitativas, e assim determinava os ritmos da política. Mas a discussão estava ainda longe de se esgotar. Bernstein irá se deter, portanto, na verificação histórica de algumas conclusões centrais do legado de Marx e questioná-las para assim *derrubar a hipótese estratégica da necessidade de uma revolução política que abra o caminho para uma revolução social*. Um por um, os alicerces da teoria serão desafiados: a) primeiro, o sujeito social: se para Marx existiria uma tendência à homogeneização e a um crescente fortalecimento do peso social do proletariado, que sob o impulso dos avanços da industrialização elevaria o seu papel estratégico no interior da sociedade e concentraria nas suas mãos uma capacidade crescente de paralisação dos setores vitais da vida econômico-social, Bernstein opôs uma análise de um proletariado (entendido como aqueles que vivem do seu trabalho e não de renda) como *uma massa mais heterogê-*

nea que o peuple de 1789 (argumento posteriormente sempre revisitado pelo reformismo contemporâneo); insistiu que o nível de vida exerce uma influência maior do que a origem de classe na definição das inclinações políticas e da consciência de classe; finalmente, negou ao proletariado um protagonismo revolucionário, porque ainda não estaria maduro, nem social, nem política, nem moralmente para a conquista do poder, como podemos conferir neste trecho:

También el marxismo reconoció, distinguiéndose en esto de los partidos demagógicos, que la clase trabajadora no había alcanzado la madurez indispensable para su emancipación, y que para tal fin no existían ni siquiera las premisas económicas adecuadas. Pero, a pesar de esto, se apegó insistentemente a una táctica que daba casi por descontada la realización de ambas premisas. Si recorremos la publicidad marxista, nos encontramos con algunos pasajes (...) según los cuales parecería que toda la civilización, la inteligencia y la virtud se encuentran sólo en la clase obrera, hasta el punto que no se logra comprender por qué no deben tener razón los socialrevolucionarios y los anarquistas más radicales. Es natural que a este planteamiento le corresponda la orientación constante de toda la actividad política hacia la espera de la inminente catástrofe revolucionaria, ante la cual la actividad legal parece como (...) un expediente meramente momentáneo.⁹

Angel, que escreveu uma excelente biografia do pensamento político de Bernstein, se refere assim ao tema do sujeito social:

Il est erroné de croire à l'élan révolutionnaire des couches laborieuses. Marx lui-même rappelle dans le "Le 18 Brumaire..." que le prolétariat aime les expériences qui le dispensent de procéder à la refonte totale du vieux monde. Pourquoi Bernstein ne serait-il pas sceptique à l'égard de la mission historique de cette classe alors qu'elle-même doute de ses forces et de ses compétences ? Il se refuse à revendiquer pour elle l'exclusivité du pouvoir. "Prétendre que la transformation socialiste de la société peut être que l'oeuvre de la seule classe ouvrière, c'est méconnaître gravement les faits". Elle "n'est pas encore assez développée pour assumer la domination politique". Il faut noter ici la franchise de l'auteur qui, s'adressant à un public prolétarien, refuse de céder à la démagogie. Il compte d'ailleurs sur le soutien des travailleurs d'élite dont il prétend bien connaître la mentalité. "Seuls des intellectuels qui n'ont jamais eu de liens intimes avec le véritable mouvement ouvrier peuvent porter sur cette question des jugements différents". Il faut faire preuve de réalisme et prendre les ouvriers tels qu'ils sont. "Moins ignares et miséreux que jadis, mais nullement dépourvus de préjugés et de faiblesses, ils possèdent les vertus et les vices qu'impliquent les conditions économiques et sociales qui sont les leurs". Ils n'ont donc pas encore atteint le niveau intellectuel et moral nécessaire à l'instauration du socialisme.¹⁰

b) segundo, a concepção de história, em particular o lugar da luta de classes. Aonde Marx tinha afirmado a dialética entre as tarefas e os sujeitos sociais, e destacado a primazia dos segundos sobre as primeiras, Bernstein defendeu a centralidade dos

meios sobre os fins e da moral sobre a política. Disso resulta um curioso paradoxo: o apóstata que acusa Marx de resíduos de utopismo revolucionarista, o que atribui à herança de hegelianismo (uma de suas cruzadas era contra a dialética), confessou, sem pudores, que os novos fundamentos do socialismo deveriam ser éticos e desvinculados de qualquer necessidade histórica. Bernstein é consciente de que a sua ruptura tem fundamentos metodológicos irreconciliáveis com o marxismo:

Un sentido parecido tenían también los artículos de Rosa Luxemburg que a pesar de todo, son lo mejor que se ha escrito en mi contra, desde el punto de vista metodológico, cuando me objetaba que, de acuerdo con mi modo de pensar, el socialismo dejaría de ser una necesidad histórica objetiva y adquirirla un fundamento idealista. Aunque la argumentación presenta algunos bandazos lógicos, (...) capta sin embargo el meollo de la cuestión en la medida en que yo no sólo no hago depender, en realidad, la victoria del socialismo de su “necesidad económica inmanente”, sino más bien no considero ni posible ni necesario darle un fundamento meramente materialista.¹¹

Daí que a antinomia reforma e revolução surgisse quase nos termos de uma escolha voluntária, um dilema moral, em que os dois caminhos teriam vantagens e senões, sendo o primeiro o mais conveniente, porque não só menos custoso, socialmente, como mais apropriado diante do progresso da civilização:

La consecuencia de todo esto es que se ha renunciado en principio a afrontar un problema de fondo: ¿qué podemos esperar de la acción legal, y qué de la revolucionaria? Es evidente que sobre este problema existen serias divergencias. Pero se acostumbra indicar dichas divergencias con el hecho de que la ley o el camino de las reformas legales es más larga, mientras que la de la violencia revolucionaria es más rápida y radical. Pero esto es válido sólo bajo ciertas condiciones. (...) En general, puede decirse que la vía revolucionaria (siempre en el sentido de violencia revolucionaria) actúa más rápidamente cuando se trata de eliminar una serie de obstáculos que presenta una minoría privilegiada al progreso social. Su fuerza está en su lado negativo. La actividad legislativa constitucional, en este aspecto, actúa normalmente en una forma más lenta. Ordinariamente su camino es el del compromiso, de la transacción con los derechos adquiridos y no el de la destrucción. Pero es más fuerte que la revolución cuando el prejuicio, el horizonte limitado de las masas obstaculiza el progreso social, y ofrece mayores ventajas cuando se trata de crear una serie de estructuras económicas durables, en otros términos, para los fines de la acción político-social positiva. En los períodos de actividad legislativa pacífica, el intelecto es el que domina al sentimiento; en la revolución el sentimiento es el que domina el intelecto. Pero si el sentimiento es a menudo un pésimo guía, el intelecto es un motor pesado. Si la revolución peca por su precipitación, la actividad legislativa cotidiana peca por su lentitud. La actividad legislativa actúa como fuerza metódica, la revolución como fuerza elemental. Cuando una nación ha alcanzado un ordenamiento político

*en que el derecho de la minoría poseedora no constituye ya un serio obstáculo para el progreso social, en que las tareas negativas de la acción política ceden su lugar a las positivas, la apelación a la revolución violenta se convierte en hueca palabrería.*¹²

As formas políticas democráticas do Estado Moderno surgem, assim, como uma conquista da civilização e do peso social do proletariado, de sua luta sindical (EUA e Inglaterra) e políticas (Alemanha, França), e flexíveis e elásticas a ponto de permitir um avanço acumulativo de forças e conquistas crescentes. O Estado interpretado como instrumento de progresso, expressão de uma consciência, de uma identidade e de uma cultura nacional, aparelho que não deve ser deslocado, mas conquistado para ser utilizado pela razão a serviço dos interesses públicos. Mas, atenção, Bernstein *não ignorava, nem diminuía a luta de classes*. Reconhece não somente a sua existência como força motriz histórica, mas defende a sua legitimidade política: o que estava sendo questionado era se a dinâmica do desenvolvimento capitalista exacerbava os conflitos de classe, empurrando os trabalhadores para ações revolucionárias, ou se a sua integração social, resultado da sua luta e expressão de suas vitórias na luta por reformas, não teria tornado *politicamente desnecessária e historicamente superada* a perspectiva da revolução política. Em coerência, mais do que a urgência de uma nova metodologia de ação, assume a necessidade de um novo programa histórico, e defende *a centralidade da democracia*, como *novo paradigma civilizatório* dos socialistas. Sua originalidade histórica consiste justamente na elaboração de uma *nova teoria política*, da qual decorre uma nova estratégia de poder, que será um ponto de referência obrigatório em quase todas as controvérsias marxistas fundamentais do século XX: *a teoria dos campos progressivos*. Essa será a sua herança ideológica mais duradoura.

Em que consiste? Em uma formulação que nos é hoje muito familiar, mas cuja elaboração é de Bernstein de forma pioneira. Assim como julgava com extrema severidade a imaturidade do proletariado e alimentava incontida esperança nas possibilidades de acordos com a burguesia liberal, com a qual propunha que os trabalhadores constituíssem uma frente, Bernstein considerava a aristocracia (os *junkers*) uma classe parasitária do Estado, que à frente da administração, do exército e da diplomacia, eram uma ameaça permanente às liberdades cívicas e à paz. Os campos de classe, como linha demarcatória e divisor de águas da interpretação da centralidade do conflito político na sociedade, eram deslocados pela principalidade da defesa da forma de um regime político que corresponderia aos interesses do progresso da civilização. À renúncia de uma estratégia socialista correspondia outra: a defesa do campo progres-

sivo da democracia com a burguesia liberal contra o campo reacionário dos *junkers*. A democracia como meio de luta pelo socialismo e como a forma de realização do socialismo:

*La socialdemocracia no tiene un instrumento mejor para apoyar este proceso que situarse sin reticencias, aun a nivel doctrinal, en el terreno del sufragio universal y de la democracia, con todas las consecuencias que esto implica para su táctica. Prácticamente, es decir en sus actuaciones, la socialdemocracia en el fondo siempre lo ha hecho. Muchas veces no lo han hecho y aún hoy día no lo hacen sus representantes literarios en sus declaraciones (...) La dictadura de clase, por el contrario, pertenece a un nivel de civilización más atrasado, y aun prescindiendo de la racionalidad y la factibilidad de la misma, sólo una recaída en el atavismo político puede evocar la idea de que el paso de la sociedad capitalista a la sociedad socialista debe realizarse forzosamente de acuerdo con las formas evolutivas de una época que no conocía o que conocía sólo de manera imperfecta los actuales métodos de propagación y de conquista de las leyes y que carecía de los órganos adecuados para tal fin.*¹³

O campo da democracia passava a ser pensado como sendo estrategicamente o campo dos trabalhadores: estava excluída a possibilidade de *incompatibilidades* entre os interesses de classe e os limites da democracia para a conquista do poder político. Tudo era uma questão de tempo, e poderia ser superado através de uma política de alianças. Nem os interesses nacionais alemães (os interesses do império germânico) eram incompatíveis com os interesses dos trabalhadores. Tampouco o mercado era visto como um obstáculo para a transição ao socialismo. Enfim, todos os obstáculos à construção de uma frente permanente e orgânica com a burguesia liberal eram relativizados. O campo da democracia se impunha, assim, sobre os interesses de classe. O endereço último da teoria dos campos progressivos, como se sabe, foi a trágica votação dos créditos de guerra em 1914. Menos de dois anos depois do Congresso da Segunda Internacional em Basiléia, quando, de forma unificada, os socialistas tinham votado uma resolução comum condenando a ameaça de guerra e tinham conclamado a uma campanha de mobilização do movimento operário contra as posições beligerantes de cada um de seus respectivos governos, a esmagadora maioria do SPD apoiou os esforços militaristas do imperialismo alemão. Fizeram-no, é certo, com o apoio da maioria da classe trabalhadora. O que não absolve em nada a responsabilidade moral, mas explica a decisão política.

Essa teoria política dos campos progressivos tem como fundamento uma análise de época, da qual resulta um pensamento historicamente etapista, que será reivindicado pelos bernsteinianos na França: tanto Millerand quanto Jaurès o invocarão para justificar a presença do partido operário, pela primeira vez, em um governo de

coalisão; também na Rússia, os mencheviques, que defenderão a colaboração da socialdemocracia com a burguesia em uma frente contra a autocracia czarista; e desde então estará presente no centro da polêmica de estratégia, sempre que, pela evolução das circunstâncias políticas, os conflitos vieram a assumir uma forma policlassista: o campo de Kerensky contra Kornilov em 1917, o campo de Chiang Kai-shek contra a invasão japonesa, o campo da República na Espanha contra Franco, o campo dos aliados contra o nazi-fascismo, o campo da oposição burguesa contra a ditadura no Brasil, os exemplos seriam inesgotáveis.

Bernstein não se preocupava com a política de intervenção do SPD, em geral, que considerava adequada às circunstâncias históricas, à exceção da recusa da maioria dirigente em perseguir como uma estratégia permanente a constituição de um bloco político-eleitoral com a burguesia liberal, a exemplo do que fazia o partido na Baviera. A tradição política marxista anterior não desconhecia, nem desprezava a existência de diferenças no interior das classes dominantes. É bem conhecida, por exemplo, a posição da socialdemocracia alemã, e de Marx, durante a guerra franco-prussiana de 1870, quando depositou *apoio militar* à resistência contra a invasão bonapartista. Mas Marx nunca se considerou em um campo político com o Reich contra a França, ao contrário, o conselho geral da Internacional o encarregou de redigir os seus manifestos, e nesses, Marx sublinhou as suas diferenças irreconciliáveis contra as ambições anexionistas na Alsácia e Lorena, além de alertar incansavelmente para o perigo de uma aliança com o Czar, e para o perigo de uma nova guerra. Essa posição de Marx foi recordada pela maioria da bancada parlamentar do SPD para votar os créditos de guerra em 1914, como se Marx tivesse alguma vez aceito que os interesses da Alemanha se confundiam com os interesses da classe trabalhadora alemã de forma indissolúvel. Como se poderá confirmar em fragmentos na seqüência, os considerandos de Marx são muito mais complexos: “Se a classe operária alemã permite que a guerra atual perca o seu carácter estritamente defensivo e degenerere em uma guerra contra o povo francês, o triunfo ou a derrota será sempre um desastre”.¹⁴

Mais claro ainda, neste outro fragmento, o critério de estrita unidade no campo militar, preservando a independência política, ou seja, delimitando-se do campo de Bismarck, e uma análise simplesmente visionária do perigo de uma política de anexações, que seria a semente de uma nova guerra, mas com um custo histórico muito superior. Infelizmente, Marx estava certo. O cemitério de Verdun e seu meio milhão de sepulturas ficam na Alsácia:

Qualquer que seja o desenvolvimento da guerra de Luis Bonaparte com a Prússia, dobraram já em Paris os sinos pelo Segundo Império. Acabará como começou: como uma paródia. Mas não esqueçamos que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luis Bonaparte representar durante dezoito anos a farsa cruel do Império restaurado. **Por parte da Alemanha, a guerra é uma guerra defensiva, porém quem colocou a Alemanha no transe de ter que defender-se? Quem permitiu a Luis Bonaparte desencadear a guerra contra ela? A Prússia! Foi Bismarck quem conspirou com o mesmíssimo Luis Bonaparte, com o fim de esmagar a oposição popular dentro de seu país e anexar a Alemanha à dinastia dos Hohenzollern (...)** A influência preponderante do czar na Europa tem raízes em sua tradicional influência sobre a Alemanha (...). Por acaso os patriotas teutões crêem realmente que o melhor modo de garantir a liberdade e a paz na Alemanha é obrigar a França a lançar-se nos braços da Rússia? Se a sorte das armas, a arrogância da vitória e as intrigas dinásticas **levam a Alemanha a uma espoliação do território francês, diante dela só se abriram dois caminhos: ou converter-se a todo custo em um instrumento aberto da expansão russa ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra “defensiva”, não uma dessas guerras “localizadas” de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas.**¹⁶

O mesmo critério foi o de Lenin, em uma frente militar com Kerensky contra Kornilov em agosto de 17: uma estrita unidade militar com o chefe do governo provisório contra a ameaça bonapartista, sem sacrificar a independência política dos trabalhadores. Em ambas as circunstâncias, nem Marx, nem Lenin buscaram uma frente com um campo progressivo, mas foram obrigados, diante da pressão dos acontecimentos, a um alinhamento transitório e instável, imposto pelo confronto militar. Mas não defendiam uma frente política de colaboração de classes. O mais importante a destacar é que a teoria dos campos progressivos passou a ser a bíblia teórica da defesa da política de colaboração de classes no século XX, ainda que, por variadas razões, Bernstein quase não seja mais reivindicado:

*La esencia de la política menchevique fue sintetizada años después por Trotsky al afirmar que la “línea de demarcación entre el bolchevismo y el menchevismo” consistía en que éste buscaba conformar “un frente común de colaboración política com el enemigo de classe”. Frente a la teoría de los campos del menchevismo, Lenin y Trotsky plantearon una teoría opuesta. El haber adoptado, cada uno por su lado esta segunda teoría, es lo que explica su profunda unidad en 1917 y el hecho de dirigir conjuntamente la Revolución de Octubre, superando sus divergencias anteriores. Para ellos, la división fundamental de la sociedad rusa es, como sostiene el marxismo ortodoxo en clases (...) El eje de su política es el desarrollo de la lucha de classes hasta la conquista del poder.*¹⁶

No entanto, o tema teórico é complexo. Talvez esteja entre os mais difíceis da teoria política do marxismo. Quando e em função de quais critérios, em um confron-

to político ou militar entre facções burguesas, ou entre bandos de classes proprietárias enfrentados, o marxismo deve eleger um campo progressivo, mesmo nos limites de uma limitada unidade na ação ou uma conjuntural resistência militar? Por exemplo, estiveram certos os internacionalistas reunidos em Zimmerwald quando denunciaram o apoio dos partidos francês e alemão aos créditos de guerra, e recusaram-se ao alinhamento com qualquer dos dois campos, porque ambos seriam regressivos? E, simetricamente, na Segunda Guerra Mundial, não estiveram errados os marxistas que se recusaram, antes da invasão da URSS por Hitler, a uma frente militar contra o nazifascismo, que seria um campo progressivo, o campo do regime democrático contra o campo da barbárie?

Como esse tema é vital, vale a pena conferir este balanço brilhante de Perry Anderson sobre a questão dos critérios de progressividade, tomando como exemplo histórico a comparação da política de Trotsky contra o nazismo na Alemanha antes de 33 e a Segunda Guerra Mundial, quando um acerto ou erro nessa questão decisiva foi certamente dramaticamente importante. A questão permanece atual, já que envolve a discussão sobre a unidade na ação com as frações burguesas em torno da defesa, quando ameaçados, mas também da conquista de espaços e direitos democráticos, ou seja, a utilização de consignas e reivindicações democráticas contra os limites da república democrático burguesa:

Os escritos de Trotsky sobre o fascismo representam a única análise directa e desenvolvida do Estado Capitalista moderno, em toda a obra do marxismo clássico. Qualitativamente superiores a tudo o que Lenine produziu, tratam contudo de um regime que veio a verificar-se ser uma forma atípica do Estado burguês do século vinte, apesar da importância histórica que foi o seu surgimento nessa altura. Para teorizar a especificidade do Estado fascista como o mais mortal inimigo de qualquer classe operária, teve Trotsky, obviamente, de fornecer elementos de uma contra-teoria do Estado democrático-burguês, para estabelecer o contraste entre os dois. Assim, existe um maior volume de análise nos seus escritos sobre a democracia burguesa do que nos dos seus predecessores (...) Em particular, atendendo a que os seus ensaios sobre a Alemanha sublinharam a imperativa necessidade de conquistar a pequena-burguesia para uma aliança com a classe operária (citando o exemplo do bloco contra Kornilov, na Rússia), os seus ensaios sobre a Frente Popular em França deixam de parte as organizações tradicionais da pequena-burguesia local, o Partido Radical (...) A mesma transformação é evidente nos seus artigos sobre a Guerra Civil de Espanha embora acompanhada de outras características e algumas correções. **Depois, no começo da Segunda Guerra Mundial, Trotsky condenou o conflito internacional como sendo uma mera repetição inter-imperialista da Primeira Guerra Mundial, na qual a classe operária não deveria optar por qualquer dos lados – apesar do carácter fascista de um e do carácter democrático-burguês do outro.** Justificou-se esta posição pela afirmação de que, fosse como fosse, já que todo o mundo imperialista

se deteriorava, encaminhando-se para uma situação de desastre econômico nos anos trinta, a distinção entre as duas formas de Estado capitalista tinha deixado de ter importância prática para a classe operária. **Os erros desta evolução teórica parecem evidentes. Os próprios primeiros escritos de Trotsky sobre a Alemanha constituem a melhor refutação dos seus escritos posteriores sobre a Guerra. Obviamente, uma vez que a URSS foi atacada pela Alemanha, Trotsky teria alterado a sua posição sobre o conflito mundial. Mas o catastrofismo econômico que parece ter originado os erros da sua fase final foi uma constante da Terceira Internacional, após Lenine, e teve a sua autoridade última, como vimos, em Marx.**¹⁷

Consultemos o que nos diz Draper, um dos mais interessantes marxólogos norte-americanos em sua obra clássica sobre os critérios de Marx sobre progressividade:

*In a book published in 1860, Herr Vogt, Marx had to rediscuss his views on “the relationships among the aristocracy, bourgeoisie and proletariat”, for an ignorant critic had written as if Marx merely wanted to “drive the aristocracy from power”. No, was the reply, that would be “the most ordinary bourgeois liberalism” and nothing more. And he cited a em umber of passages from his published writings in which he had linked the overthrow of the aristocracy and the bourgeoisie’s accession to power with the historical process leading to the overthrow of the bourgeoisie itself. (...) “Therefore in countries where the aristocracy in the Continental sense... must first be ‘driven out of power’, there is lacking, in my opinion, the first premise of a proletarian revolution, namely, an industrial proletariat on a national scale”. Let us tie this up with a question we have only touched on up to now: **the force of the label progressive**. For Marx this label never achieved the all-sanctifying power it later had in some parts of the socialist movement; above all **he did not assume that progressive meant to be supported politically**. He could write, “Rent of land is conservative, profit is progressive”, without suspecting that this might be thought to imply support of the profit system. (...) It was quite possible for Marx to recognize that A is “progressive as against” B in some specific context, within the terms of a given analysis, **without equating such a judgment with the programmatic determination that A is historically progressive in the basic relations of an era (...)** **The criterion is: does the ground still have to be leveled “on which alone a proletarian revolution is possible”?** (...) **Have the socioeconomic conditions already been attained that make proletarian socialism historically possible for the first time?**¹⁸*

A citação é longa, mas ajuda a esclarecer que, para Marx, o critério do que seria progressivo foi sempre entendido como relativo à dinâmica da época histórica, ou seja, progressivo ou regressivo (no sentido de degenerativo), são conceitos indivisíveis de uma apreciação da atualidade ou não da revolução proletária, em outras palavras, são *uma medida da política* que se apóia necessariamente em uma avaliação das *temporalidades históricas*. Mas uma medida indispensável porque os conflitos na sociedade não se resumem aos conflitos de classe. E sempre que isso ocorre, e ocorre sempre, é necessária a referência da progressividade.

Estabelecido esse critério elementar, podemos compreender sob uma nova luz, por exemplo, quase tudo que Marx e Engels escreveram sobre Ásia e América Latina. Nosso continente era talvez uma terra quase incógnita na cultura do século XIX, e só ocasionalmente a atenção de Marx se voltou para ele. Em geral, a maioria dos seus textos sobre a colonização analisam o processo do ponto de vista das repercussões da conquista sobre a sociedade europeia, e não o inverso, ou seja, do ângulo do impacto da cobiça e voracidade do incipiente capitalismo comercial sobre as culturas e civilizações pré-colombianas. Essa poderia ser uma das razões de alguns mal-entendidos, que atribuem a Marx preconceitos eurocentristas. Creio que o mesmo poderia ser dito, para o essencial, sobre os seus escritos sobre a Ásia, em especial o sempre citado trabalho sobre a Índia, e o papel do imperialismo inglês. Que considerassem o desenvolvimento do capitalismo progressivo, não significou, contudo, que anistiassem o processo de conquista e colonização e seus agentes dos crimes e genocídios cometidos contra as populações nativas ou contra os africanos escravizados. A seguir, alguns trechos pouco conhecidos, em que a denúncia do saque e da rapina se unem a uma sincera admiração histórica pelas façanhas das culturas azteca e andinas:

El descubrimiento de las comarcas auríferas y argentíferas en América, el exterminio, esclavización y soterramiento en las minas de la población aborigen, la incipiente conquista y saqueo de las Indias Orientales, la transformación de África en un coto reservado para la caza comercial de pielesnegras, caracterizan los albores de la era de producción capitalista. Estos procesos idílicos constituyen elementos fundamentales de la acumulación originaria. El trato dado a los aborígenes alcanzaba los niveles más vesánicos, desde luego, en las plantaciones destinadas exclusivamente al comercio de exportación, como las Indias Occidentales, y en los países ricos y densamente poblados, entregados al saqueo y el cuchillo, como México y las Indias Orientales. Pero tampoco en las verdaderas colonias se desmintió el carácter cristiano de la acumulación originaria. (Das Kapital, t. 1. Publicado en setiembre de 1867, MEW, p. 779, 781.) “En México encontramos dinero, pero ningún peso; en Perú pesos, pero ningún dinero. El oro, en el lenguaje figurado de los peruanos, era las lágrimas lloradas por el Sol (...). Sin el uso de las herramientas o la maquinaria, familiar a los europeos, cada individuo (en el Perú) habría podido hacer bien poco pero, actuando en grandes masas y bajo una dirección común, se les puso en condiciones de obtener resultados, gracias a una perseverancia infatigable, etc...El dinero que aparece entre los mexicanos (aunque predomina el trueque y la propiedad oriental de la tierra), es un medio circulante regulado, de diferentes valores. Consistía en cañones de plumas, transparentes, que contenían polvo de oro; en pedazos de estaño, cortados, en forma de T, y en saquitos de cacao en los que había un número especificado de granos. “¡Oh, dichosa moneda”, dice Pedro Mártir (De Orbe Novo), “que ofrece al género humano un brebaje gustoso y nutritivo y hace a sus poseedores inmunes al flagelo infernal de la avaricia, ya que no se le puede enterrar ni conservar largo tiempo!”¹⁹

Se a época fosse reformista, isto é, se ainda fosse possível para o capitalismo, à escala da economia internacional, como sistema mundial, oferecer um horizonte de desenvolvimento para toda a sociedade, ainda que com desigualdades (como é próprio da natureza de uma economia de mercado), então, nesse marco, as reformas seriam não só plausíveis como perenes e sustentadas, e não estando colocada a atualidade da revolução proletária, em consequência, a radicalização das liberdades de classe no interior da democracia seria o centro do programa mínimo e corresponderia, apropriadamente, um lugar de propaganda ao programa máximo. Nesse sentido, a identificação de um sistema econômico-social como caduco ou progressivo é sempre uma caracterização relativa, e não implica nem pressupõe, um bloco político permanente de colaboração de classes, ou seja, um campo comum (a não ser quando se precipita uma guerra, como no caso da guerra contra o escravismo nos EUA, em que se impunha um *campo militar* com Lincoln contra os secessionistas, o que, de novo, não seria o mesmo que um bloco político).

Um fenômeno social, uma posição política, uma lei do parlamento ou um bloco militar em uma guerra e, portanto, também a necessidade ou não de uma frente política, etc. seriam assim *progressivos contra o outro*, de acordo com a natureza do maior ou menor *amadurecimento objetivo* dos sujeitos sociais. *Os tempos históricos governavam as suas apreciações dos processos políticos*. Essa parece ser a leitura mais próxima da posição de Marx. A posição de Bernstein inverteu metodologicamente os termos da questão para chegar à teoria dos campos progressivos: *os tempos da política passaram a governar por cima da apreciação dos processos históricos*. O império do presente, o pior dos impressionismos, passou a ser a medida da avaliação das perspectivas da época. À sua maneira, contudo, não se pode negar uma coerência de método em Bernstein: quando inicia a sua revisão contestando a caracterização de época, vai ao centro da polémica. E por isso o afã de fundamentar com inesgotáveis estatísticas as indicações de um novo período de sustentado crescimento econômico e industrial na Alemanha, que contrariavam os prognósticos de crise iminente e a não confirmação da tendência histórica à pauperização.

Por último, merece ser examinada a concepção de Bernstein sobre necessidade histórica (e suas relações com a liberdade humana, expressão de uma vontade consciente, e com o acaso). Ele a renegava, e acusava o marxismo nesse terreno de ser um calvinismo sem deus, e sustentava, como já vimos, a necessidade de fundamentar um projeto socialista em um imperativo moral que deveria se expressar através do Direito, em uma evolução e aperfeiçoamento da democracia. E reivindicava Marx, quando insistia que os fins, ou seja, a perspectiva do poder, pouco lhe interessava,

porque a época das revoluções tinha se encerrado para sempre nos países avançados com o triunfo da democracia (a defesa da via “inglesa”) e porque o mais importante eram os meios, isto é, a luta mais imediata pelas reivindicações. O resto... o resto eram resíduos blanquistas dos quais o jovem Marx nunca teria se desembaraçado:

Aunque la mentalidad blanquista no se puso de manifiesto nunca con tanta claridad y sin rémoras como en la circular de la Liga de los comunistas de marzo de 1850, con sus instrucciones precisas sobre el modo en que, con ocasión de la inminente reanudación revolucionaria, los comunistas debían concentrar todas sus fuerzas en el objetivo de la revolución permanente. Cualquier análisis teórico sobre la naturaleza de la economía moderna, cualquier conocimiento sobre el nivel objetivo del desarrollo económico de Alemania, que con todo estaba muy atrasado, aun respecto al de la Francia, sobre la que Marx escribía en ese mismo período que la lucha del trabajador industrial contra la burguesía industrial no es más que un hecho parcial, y cualquier posibilidad de comprender la realidad económica, se esfuma ante un programa que ni siquiera un perfecto revolucionario de club hubiera podido trazar en términos más ilusorios. Lo que Marx, seis meses después echaba en cara a Willich-Schapper, lo habían proclamado el y Engels en ese texto; sustituyen las relaciones reales con la mera voluntad como fuerza motora de la revolución.²⁰

O recurso polêmico habilidoso não consegue esconder as “más” intenções de amálgama político. O que definiu historicamente o blanquismo não foi a defesa da revolução, mas a defesa do *putch*, ou seja, da revolução como uma operação militar de vanguarda que prescinde da participação e apoio político de massas. Não se pode negar a Bernstein, contudo, alguma razão *histórica* no balanço. Embora, como é óbvio, de uma conclusão histórica correta sobre a precocidade do prognóstico de iminência de uma revolução proletária em 48, não decorre que para todo o sempre estivesse enterrada a perspectiva das revoluções sociais anticapitalistas. Aí o pulo já é demasiado grande, como a história depois demonstrou. Nesse sentido o *erro teórico* de Bernstein é mais sério do que o fato de Marx e Engels terem se equivocado em um *vaticínio político*. Marx de fato sempre foi muito cuidadoso em esboçar as linhas mais concretas do que seria um governo dos trabalhadores e a passagem ao socialismo. Identificou na Comuna a primeira realização histórica e fugaz de uma república operária, reconheceu nela a primeira forma da ditadura do proletariado, mas foi sempre prudente em relação às formas que poderia assumir um processo de transição, e seus pudores eram simétricos à ousadia dos primeiros pensadores da causa socialista que apresentavam utopias idiossincráticas e irreconciliáveis entre si. Insistia na necessidade de um governo dos trabalhadores e de uma revolução política para con-

quistá-lo, e pouco mais, a não ser indicações, como a crítica aos proudonistas e blanquistas da Comuna, que no lugar de fazer refém o arcebispo de Paris deveriam ter se apropriado das reservas do Banco de França...

Mas, em geral, sempre insistiu na idéia geral de que o socialismo seria a passagem do reino da necessidade para o da liberdade. Sobre esse tema da necessidade e a sua relação com a igualdade e liberdade, sempre compreendidos como conceitos relativos, ou seja, inseparáveis e indivisíveis, vale conferir esta passagem de Plekhanov, em um texto polêmico contra Bernstein:

Explicando as palavras de Hegel. “A necessidade só é cega na medida em que não é compreendida”, Engels afirmava que a liberdade consiste “no domínio exercido sobre nós e sobre a natureza externa, domínio fundado no conhecimento das necessidades inerentes à natureza”. Engels desenvolveu este pensamento de forma suficientemente clara para aqueles que estão ao corrente da doutrina de Hegel, à qual ele se referia. Mas o mal consiste precisamente em que os kantistas modernos só fazem “criticar” Hegel, sem, contudo estudá-lo. Não conhecendo Hegel, não podiam tampouco conhecer Engels. **Eles faziam, ao autor de Anti-Durhring, a objeção que não há liberdade onde há submissão à necessidade (...)** Mas a filosofia de Marx (...) não se diferencia, entretanto, da teoria de Hegel na questão que nos ocupa, a saber, a da relação entre a liberdade e a necessidade. Todo o problema reside em saber o que é preciso entender exatamente por necessidade (...). Uma necessidade, por assim dizer condicional. É preciso que respiremos, se queremos viver, é preciso usar um medicamento se nos queremos livrar de uma doença e assim por diante (...). Se nos colocamos sob o ponto de vista da “crítica neokantista” de Marx, **é preciso admitir que, nesta necessidade condicional, existe também um elemento de submissão. O homem seria mais livre se pudesse satisfazer suas necessidades sem dispendar nenhum esforço. Ele se submete à natureza, mesmo quando a obriga a servi-lo. Mas esta submissão é a condição de sua libertação: submetendo-se à natureza, aumenta com isto seu poder sobre ela, ou seja, sua liberdade.** Seria o mesmo no caso onde a produção social estivesse organizada de forma racional. Ao se submeter às exigências da necessidade técnica econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz com que sejam dominados por seus próprios produtos, ou seja, **aumentariam formidavelmente sua liberdade. Aqui também sua submissão tornar-se-ia a fonte de sua libertação.** E não é tudo. Afeitos à idéia de que o pensar está separado do ser por um abismo, os “críticos” de Marx só conhecem uma única nuance da necessidade: utilizando ainda uma vez os termos de Aristóteles, eles representam a necessidade unicamente como uma força que nos impede de agir segundo nosso desejo e que nos obriga a fazer o que é contrário a ele. Tal necessidade está, com efeito, em oposição à liberdade e não pode deixar de pesar sobre nós. Mas é preciso não perder de vista, tampouco aqui, que uma força que se apresenta ao homem como força exterior de coerção indo de encontro a seu desejo, pode, em outras circunstâncias apresentar-se a ele sob aspecto totalmente diferente.²¹

Essa fórmula expressava condensadamente duas idéias: a superação da escassez pela abundância; e a superação das classes e do Estado e, portanto, também da polí-

tica como poder de administração das pessoas e dos bens ou, em outras palavras, a indivisibilidade da igualdade e da liberdade como o sentido último da causa socialista. Também nesse terreno o socialismo moral e jurídico de Bernstein significava uma profunda ruptura, porque se fundamentava na defesa da fraternidade humana e na solidariedade, como valores constitutivos de uma ordem civilizatória superior.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor em História Social pela USP e professor do Cefet/SP.

¹ LUXEMBURGO, R. *A Crise da Social Democracia*. Lisboa, Presença, 1974, pp.10-13.

² BERNSTEIN, E. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia*. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982, p. 255 (grifo nosso).

³ KAUTSKY, K. “El desarrollo economico y la voluntad”. In: ZAPATERO, V. (org.). *Socialismo y etica: textos para un debate*. Madrid, Editorial Debate; Bogotá, Editorial Pluma, 1980, p. 225 (grifo nosso).

⁴ BERNSTEIN, E. op. cit., p. 256 (grifo nosso).

⁵ BERNSTEIN, E. op. cit., p. 257 (grifo nosso).

⁶ ANGEL, P. *Eduard Bernstein et L'évolution du socialisme allemand*, Paris, Marcel Didier, 1961, pp.195-7 (grifo nosso).

⁷ BERNSTEIN, E. op. cit., p. 257 (grifo nosso).

⁸ Ibid., pp. 73-75 (grifo nosso).

⁹ Ibid. (grifo nosso).

¹⁰ ANGEL, op. cit., p. 234 (grifo nosso).

¹¹ BERNSTEIN, op. cit. p. 266 (grifo nosso).

¹² Ibid., pp. 269-270 (grifo nosso).

¹³ Ibid., p. 221.

¹⁴ MARX, K., 1980, volume 2, p. 54.

¹⁵ MARX, K. “Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana” In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, volume 2, pp.60-1.

¹⁶ MORENO, N. “La traicion de la OCI(u)” In: *Panorama Internacional*. Bogotá, 1982, p. 7.

¹⁷ ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976, pp.153-4. (grifo nosso).

¹⁸ DRAPER, H. *Karl Marx's theory of revolution*. Nova York, Monthly Review Press, 1978, pp. 284-5. (grifo nosso).

¹⁹ ["Em um livro publicado em 1860, *Herr Vogt*, Marx teve que rediscutir seus pontos de vista sobre 'as relações entre aristocracia, burguesia e proletariado', pois um crítico ignorante escrevera sobre Marx como se ele meramente quisesse 'remover a aristocracia do poder'. 'Não', foi a resposta, isto teria sido 'o mais medíocre liberalismo burguês', e nada mais. E citou um grande número de passagens retiradas de seus escritos publicados, nas quais ele estabeleceu conexão entre a deposição da aristocracia e o acesso da burguesia ao poder, com o processo histórico que conduziria por si só à retirada da aristocracia do poder. 'Conseqüentemente, nos países onde a aristocracia no sentido continental... precisa em primeiro lugar *ser removida do poder*, estará faltando, em minha opinião, a primeira premissa da revolução proletária, nomeadamente, um proletariado em escala nacional'. Vamos amarrar isto com a questão que, até agora, apenas tocamos: a força do rótulo *progressivo*. Para Marx, este rótulo nunca atingiu o poder todo-santificador que mais tarde chegou a ter em algumas partes do movimento socialista, e acima de tudo, *ele não assumiu que progressivo significava ser politicamente suportado*. Ele podia escrever que "O aluguel de terra é conservador, o lucro é progressivo", sem suspeitar que isto poderia ser compreendido como indicando um suporte do sistema de lucro. (...) Para Marx, era perfeitamente possível reconhecer que A é 'progressivo em relação a B', em um contexto específico, no âmbito dos termos de uma dada análise, sem equiparar tal julgamento à determinação programática de que A é historicamente *progressivo* nas relações básicas de uma era. (...) O critério é: o terreno ainda precisa ser nivelado 'se nele somente uma revolução proletária é possível'? (...) Já foram atingidas as condições sócio-econômicas que fazem, pela primeira vez, o socialismo proletário historicamente possível?" (grifos nossos). DRAPER, H. *Karl Marx's theory of revolution*. Nova York, Monthly Review Press, 1978. pp. 284-5. Tradução de Ricardo. Ver MARX, K., e ENGELS, F. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Dietz Verlag, Berlin, 1953, pp. 718-721. Escrito entre agosto de 1857 y junho de 1858. In: *Materiales para la Historia de America Latina, Cuadernos de Pasado y Presente* 30, Córdoba, Siglo XXI, 1974, pp. 24-43.

²⁰ BERNSTEIN, E. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia*. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982, p. 135 (grifo nosso).

²¹ PLEKHANOV, G. *Os Princípios fundamentais do Marxismo*. São Paulo, Hucitec, 1978, pp.72-3. (grifo nosso).